



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Saquarema
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia
Departamento de Licitação e Contratos



**PREFEITURA
SAQUAREMA**
TRABALHO E RESPEITO

PROCESSADO
NO SISTEMA

Ao Protocolo Geral do Município,

Prefeitura Municipal de Saquarema
Processo: 4711/2023
Data: 08/03/2023
Fis. 02 Rubrica: [assinatura]

Solicito que seja aberto processo administrativo através da documentação encaminhada pela **MJRE CONSTRUTORA LTDA** via e-mail, referente ao Processo Administrativo nº 2.131/2022, Concorrência Pública nº 011/2022.

Saquarema, 08 de março de 2023.

Atenciosamente,

Samuel Aranda Neto
Diretor Geral de Licitação
Mot: 98867-2
Samuel Aranda

Presidente da CPL

Assunto: **Recurso - Concorrência 11/2022 Pref Saquarema - MJRE CONSTRUTORA LTDA**
De: Setor de Licitações e Comercial <licitacao@mjre.com.br>
Para: <licitacao@saquarema.rj.gov.br>
Cc: Fernando Zacharias <fpzacharias@terra.com.br>, Zacharias Associados <fernando@zachariasadv.com>, Fernando Zacharias <zachariasassociados@terra.com.br>, Rodrigo Evangelho <rodrigo@mjre.com.br>
Data: 08/03/2023 07:24



• Rec. adm. CP 011-2022 (Saquarema).pdf (~779 KB)

Prezados Senhores,

Venho por meio desta enviar o Recurso referente à Concorrência 011/2022 da Prefeitura de Saquarema.

Observação: Favor acusar o recebimento do email.

--

Atenciosamente,

Gláucia Nascimento

Coordenadora de Licitações - Comercial

MJRE CONSTRUTORA LTDA

Acesse: www.mjre.com.br

Tel.: (21) 2501-0353

Cel.: (21) 97296-3167

ILMO. SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DE SAQUAREMA/RJ

**Ref.: Concorrência Pública nº 011/2022
(Processo 2131/2022)**

MJRE CONSTRUTORA LTDA. (“MJRE”), sociedade empresária inscrita no CNPJ nº 05.851.921/0001-81, com sede na Rua Baldraco nº 179-parte, Cachambi, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20780-220, tendo em vista a decisão de sua inabilitação consignada na Ata de Certame – Continuidade com Resultado da Análise de Habilitação, de 03.03.2023, vem a V.S., nos termos do 109, I da Lei nº 8.666/93 e item 15 do Edital, interpor RECURSO ADMINISTRATIVO, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:

DA LICITAÇÃO

1. Trata-se de licitação na modalidade Concorrência Pública, do tipo Menor Preço Global em regime de Empreitada Indireta por Preço Unitário, para **“CONTRATAÇÃO EMPRESA DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E DE MÃO DE OBRA, PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM, RECAPEAMENTO E SINALIZAÇÃO DE DIVERSOS LOGRADOUROS NO BAIRRO DE JACONÉ – SAQUAREMA/RJ”**, conforme o preâmbulo e demais termos do Edital.

2. Atenderam ao ato convocatório diversos licitantes (dez empresas), sendo intimados pela Comissão Permanente de Licitação da análise e resultado da documentação referentes à habilitação técnica do Envelope A (Ata de Certame – Julgamento de Habilitação de 28.02.23), das habilitações e inabilitações dos concorrentes, ratificada na Ata de Certame – Continuidade com Resultado da Análise de Habilitação, de 03.03.2023.

3. Na referida Ata de Certame de 28.02.23, ratificada na Ata de Certame – Continuidade com Resultado da Análise de Habilitação, de 03.03.2023, e ao cotejo da documentação relativa ao envelope “A – Documentos de Habilitação” das concorrentes (capacitação jurídica, fiscal, econômica e técnica), a Comissão Permanente de Licitação decidiu por inabilitar a recorrente “*pelo não atendimento ao item 10.3.8 do Edital*” – SEM QUALQUER FUNDAMENTAÇÃO.

4. Conquanto o Edital e a Lei nº 8.666/93 devam ser cumpridos, por força da vinculação ao Ato convocatório e aos preceitos que regem a Administração Pública (art. 37, *caput* da Constituição Federal), a decisão da r. Comissão de Licitação torna-se ilegal e teratológica, posto que lacônica e sem a devida fundamentação, como passa-se a demonstrar.

DA EQUIVOCADA E ILEGAL INABILITAÇÃO DA RECORRENTE

5. O Edital de Licitação e seus Anexos norteiam o objeto e forma de execução dos serviços, além de descrever as exigências de natureza jurídica, técnica e econômica para os licitantes participarem do certame.

6. O ato convocatório, apesar de caráter vinculado – registre-se desde já –, não pode ultrapassar o que dispõe a Lei de Regência (Lei nº 8.666/93 – com suas alterações).

7. Mister destacar que todas as certidões e condições técnicas e jurídicas do consórcio recorrente estão de acordo com as determinações dos arts. 28 a 31 da Lei nº 8.666/93, eis que os documentos que instruem o envelope “A” revelam a capacitação jurídica, técnica e fiscal da recorrente – e trata-se de pré-requisito – para a execução do objeto da licitação.

8. Ademais, e como dito acima, os atos da Administração Pública, disciplinados pelo art. 37, *caput* e inciso XXI da Carta Magna de 88 (abaixo) e arts. 3º, *caput*, §1º, I, 30, e 44, *caput* da Lei nº 8.666/93, através dos quais, *in casu*, a Comissão de Licitações não pode decidir sob discricionariedade equivocada, cuja inabilitação da recorrente não fundamentada é teratológica e ilegal, sob pena de se

incursionar em “achismos” e subjetivismo e com extrapolação das exigências mínimas legais e do Edital, *verbis*:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

.....
XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigência de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações” -grifou-se.

9. Portanto, *“A vontade constitucional, portanto, é diversa. Deve-se interpretar o art. 37, XXI, no sentido de que, quanto às exigências de qualificação técnica e econômica, somente serão admissíveis aqueles indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. Outras exigências poderão ser validamente efetivadas (tais como as atinentes à habilitação jurídica e regularidade fiscal). Essa interpretação se coaduna, de resto, com o todo da Constituição. A imposição de exigências e a definição das condições do direito de licitar nunca poderão ultrapassar o limite da necessidade. Qualquer exigência desproporcional ao conteúdo da contratação caracterizará meio indireto de restrição à participação – vale dizer, indevida”*.

10. Ressalta-se, para efeito deste recurso administrativo, que as Certidões de Acervo Técnicos (“CAT”) e os Atestados Técnicos (“AT”) foram emitidos por pessoa jurídica – órgão de classe (CREA/RJ). São documentos oficiais e hábeis a demonstrar a regular aptidão técnica da licitante e do responsável técnico, cada qual detentor de sua respectiva certidão/atestado.

11. Obviamente que a capacidade técnico-operacional da MJRE comprovada pelas CATs e ATs e demais documentos do “Envelope A” colacionados nos autos do procedimento licitatório conduziriam à sua habilitação.

12. A doutrina dominante, na lição de Marçal Justen Filho, ao abordar o tema, assevera que:

“A qualificação técnica operacional consiste em qualidade pertinente às empresas que participam da licitação. Envolve a comprovação de que a empresa, como unidade jurídica e econômica, participara anteriormente de contrato cujo objeto era similar ao previsto para a contratação almejada pela Administração Pública.

(...).

Em síntese, a qualificação técnica operacional é um requisito referente a empresa que pretende executar a obra ou serviço licitados. Já a qualificação técnica profissional é requisito referente às pessoas físicas que prestam serviços à empresa licitante (ou contratada pela Administração Pública)”¹ – grifou-se.

“Na acepção semântica de fase procedimental, a habilitação sujeita-se ao disposto na lei e no ato convocatório.

(...).

Por outro lado, não se pode ignorar a determinação constitucional de que as exigências deverão ser as mínimas possíveis, isso significou a submissão da Administração a limitação inquestionável. Não cabe à Administração ir além do mínimo necessário à garantia do princípio da República.

Logo, não se validam exigências que, ultrapassando o mínimo, destinam-se a manter a Administração em situação ‘confortável’. A CF/88 proibiu essa alternativa.

Pode-se afirmar que, em face da Constituição, o mínimo necessário à presunção de idoneidade é o máximo juridicamente admissível para exigir-se no ato convocatório.

Logo, toda vez que for questionada acerca da inadequação ou excessividade das exigências, a Administração terá de comprovar que adotou o mínimo possível. Se não for possível comprovar que a dimensão adotada envolvia esse mínimo, a Constituição terá sido infringida”².

13. Com efeito, utilizando-se de exageros e exigências que não retiram a capacidade técnico-operacional da MJRE, notadamente sobre o alegado não atendimento ao item 10.3.8 do Edital, de maneira especulativa – e, aqui, reside o ponto nodal deste recurso administrativo – a inabilitação mostra-se ilegal.

¹ Curso de Direito Administrativo, 5ª edição, Malheiros, 1994, p. 327.

² Op. Cit., págs. 299, 303 e 304 – grifou-se.

14. Fazendo-se essa dicotomia das exigências da Lei nº 8.666/93, que devem ser seguidas pelo Edital de Licitação – cuja Autoridade deve (é impositivo) respeitar os limites e regras – a dispensa, pelo licitante, de previamente vistoriar o local da execução dos serviços, reveste-se de natureza facultativa.

15. Tanto o é, que o próprio Edital (itens 10.3.7 e 10.3.8) prevê que:

“10.3.7 O Atestado de visita técnica do local onde será executada a obra será facultativo, conforme modelo constante no ANEXO IV. A visita técnica deverá ser previamente agendada, de acordo com a disponibilidade da empresa licitante, com a Secretaria Municipal de Infraestrutura, através do e-mail infraestrutura@saquarema.gov.rj.br. Esta visita deverá ser executada por pessoa legalmente designada pela empresa licitante e que possua conhecimento técnico para tal incumbência. O local de encontro para o representante da empresa será informado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, no momento do agendamento” – grifou-se.

-.-.-.-.-

“10.3.8 As empresas que optarem por não fazer a vistoria técnica deverão apresentar o **TERMO DE RESPONSABILIDADE E RENÚNCIA À VISITA TÉCNICA**, conforme ANEXO IV deste Edital, formalmente assinado pelo responsável técnico da empresa licitante, sob as penalidades da lei, informando que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, que assume total responsabilidade pela não realização da visita e que não utilizará desta prerrogativa para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras que venham a onerar a Administração e declaração de que recebeu todos os documentos necessários para participar da licitação e de que tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação” – grifou-se.

16. Daí que, não sendo obrigatória a visita técnica e tendo a licitante firmado declaração de que tem conhecimento do escopo do objeto do certame, das condições técnicas, das peculiaridades da natureza dos trabalhos a serem executados, com total assunção das responsabilidades pela não realização da visita, outorgando, de modo expresse, isenção de ordem técnica e financeira à Administração Pública, isto é mais do que suficiente para o atendimento do Anexo IV desta licitação.

17. Exigir mais é conflitar com a Lei nº 8.666/93, posto impor condição além do mínimo previsto, despicienda, inócua e, derradeiro, frustrar o caráter competitivo da licitação e os princípios da isonomia, imparcialidade, razoabilidade, formalismo moderado e da vantajosidade, vez que é óbvio que a empresa que declara expressamente a dispensa da visita técnica por ter conhecimento das condições técnica e a natureza dos serviços a serem executados, teve prévio conhecimento de todas as condições para participar da licitação, tanto que apresentou a documentação para habilitação (Envelope A) e fez a proposta comercial (Envelope B).

18. Na hipótese da inabilitação da empresa MJRE, pelo alegado “não atendimento ao item 10.3.8 do Edital” (?), apesar da nitidez e indubitado atendimento à exigência (mínima, como deve ser), não se pode exigir além dos termos da declaração firmada em sintonia com o Anexo IV para garantia da preservação do Órgão licitante (reproduzido o texto abaixo):

“A empresa **MJRE CONSTRUTORA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.851.921/0001-81, sediada na Rua Baldraco nº 179, Cachambi – Rio de Janeiro RJ, por intermédio de seu representante legal, o Sr. Rodrigo da Costa Evangelho, portador do R.G. nº 08.401.272-3 IFP e do CPF/MF nº 021.595.167-08, **DECLARA** que **optamos pela não realização de vistoria assumindo inteiramente a responsabilidade ou consequências por essa omissão, informando que temos pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, que assumimos total responsabilidade pela não realização da visita e que não utilizaremos desta prerrogativa para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras que venham a onerar a Administração, mantendo as garantias que vincularem nossa proposta ao presente processo licitatório, em nome da empresa que representamos**”. (grifo no original)

19. Não cabe outra interpretação. Atentaria contra a lógica a licitante dispensar a visita técnica (pelo prévio conhecimento das condições de execução dos serviços e o escopo dos trabalhos e fatores financeiros), com expressa declaração de seus representantes legais e técnicos responsáveis, com total isenção de responsabilidade à Administração Pública, inclusive para nada reclamar no curso de eventual contrato, e ser inabilitada porque se deu uma interpretação excessivamente restritiva e exagerada a tal declaração – é o que se pressupõe diante da ausência de fundamentação da inabilitação constante da Ata de 03.03.23.

20. Mas não. Ao impor a inabilitação da recorrente (MJRE), ilegal e excessiva por alegado não atendimento ao item 10.3.8 do Edital, a Comissão de Licitação incorreu em grave violação à Constituição Federal (art. 37), à Lei nº 8.666/93 (arts. 3º, 30 e 44) e à Lei nº 14.230/2021 (arts. 9 a 11), o que há de ser reformada – permita-se – por este recurso administrativo.

21. Tal inabilitação sem fundamentação e exagerada, dentre várias outras violações que caracterizam pelo desvio de finalidade e abusividade, ato ímprobo previsto na Lei nº 8.429/92 com nova redação dada pela Lei nº 14.230/2021, dada a evidente culpa consciente fere o princípio da competitividade da licitação e a maior vantajosidade da Administração Pública de contratar o menor preço unitário (modalidade da licitação).

22. Assim, todos os requisitos de habilitação do Edital foram devidamente cumpridos pela recorrente, de modo que a sua inabilitação ofende os princípios da isonomia, da competitividade, da legalidade, da moralidade, da vantajosidade, pois limita em exigência exacerbada a participação do maior número de licitantes, o que é vedado pelo art. 3º, § 1º, inciso I da Lei nº 8.666/93, verbis:

“Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991” – grifou-se.

23. Dessa maneira, a decisão da r. Comissão Específica de Licitações, dando-se por inabilitada a recorrente, frustra a premissa da contratação da proposta mais vantajosa. *“Trata-se de princípio essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento”*.³

24. Não foi a intenção do legislador; não é o que o Tribunal de Contas de União (TCU) tem em sua jurisprudência dominante sobre a preservação da isonomia e competitividade, e utilizar-se de formalismo moderado, notadamente quando não se tratar de parcela de maior relevância da licitação.

25. Demais disso, *“o artigo 30, inciso II, § 1º da Lei de Licitações, determina a comprovação de aptidão técnica, no caso de licitações pertinentes a obras e serviços, por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente certificados pela entidade profissional competente”*. A previsão legal se dá, exatamente, pois *“é certo que o edital pode estabelecer exigências que particularizem as diretrizes elencadas pela lei, para que seja realmente aferida a capacidade técnica e operacional das empresas candidatas à execução da obra ou serviço. Não se pode, todavia, admitir a faculdade de excluir disposições legais que têm por finalidade justamente a garantia das informações apresentadas pelas licitantes por órgão oficial”* (STJ, REsp 324498/SC, Relator Ministro FRANCIULLI NETTO - SEGUNDA TURMA, Data do Julgamento 19/02/2004 Data da Publicação/Fonte DJ 26/04/2004 p. 158).

26. Tratando-se de capacitação técnica e seus respectivos alcances (*i.e.*, visita ao local das obras), é de curial importância que a licitante assuma a responsabilidade – como o fez na declaração do Anexo IV acima transcrita – e possua, de seu turno, atestado, em nome do profissional responsável, que se coadune com a similar prestação de serviço ou execução de obra anterior para a habilitação da empresa licitante à execução do contrato, nos exatos termos do art. 30, inciso II, § 1º da Lei nº 8.666/93.

27. Volte-se à doutrina do ilustre Prof. Marçal Justen Filho, *verbis*:

³ DI PIETRO, Maria Sílvia Zanella. Direito Administrativo. 11a ed. São Paulo: Atlas, 1999, p.299.

“Na acepção semântica de fase procedimental, a habilitação sujeita-se ao disposto na lei e no ato convocatório.

(...).

Por outro lado, não se pode ignorar a determinação constitucional de que as exigências deverão ser as mínimas possíveis, isso significou a submissão da Administração a limitação inquestionável. Não cabe à Administração ir além do mínimo necessário à garantia do princípio da República.

Logo, não se validam exigências que, ultrapassando o mínimo, destinam-se a manter a Administração em situação ‘confortável’. A CF/88 proibiu essa alternativa.

Pode-se afirmar que, em face da Constituição, o mínimo necessário à presunção de idoneidade é o máximo juridicamente admissível para exigir-se no ato convocatório.

Logo, toda vez que for questionada acerca da inadequação ou excessividade das exigências, a Administração terá de comprovar que adotou o mínimo possível. Se não for possível comprovar que a dimensão adotada envolvia esse mínimo, a Constituição terá sido infringida⁴.

28. De igual modo, a MJRE também demonstrou capacidade técnico-operacional, cujo acervo de CATs e ATs estão compatíveis com o objeto licitado.

29. Portanto, trata-se, pois, de invocar o princípio da razoabilidade e do formalismo moderado, eis que, do contrário, a Comissão de Licitação estaria frustrando o caráter competitivo e isonômico da licitação, com violação arts. 3º, *caput*, §1º, I, 30, e 44, *caput* da Lei nº 8.666/93, art. 37, *caput* e inciso XXI da Constituição Federal, dentre outros, além de sujeitar seus administradores à Lei de Improbidade Administrativa (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/92, com redação dada pela Lei nº 14.230/2021) e demais sanções cabíveis.

PROVIMENTO IMPOSITIVO DO RECURSO ADMINISTRATIVO
HABILITAÇÃO DA RECORRENTE PARA OPORTUNIZAR A
ABERTURA DA PROPOSTA DE PREÇO (ENVELOPE B)

30. Repise-se que o objetivo da licitação pública é buscar a proposta mais vantajosa, mediante os critérios legais definidos na Lei nº 8.666/93 e no Edital – este último em observâncias àqueles critérios. Volte-se ao previsto na regra geral

⁴ Op. Cit., págs. 299, 303 e 304 – grifou-se.

do art. 3º, *caput* da Lei de Licitações, na qual é vedado ao agente público criar subjetivismos, ilações e exageros que frustrem o caráter competitivo da licitação e contaminem os princípios da Administração Pública, sob pena de responsabilidade pessoal do Agente.

31. Nesse sentido, “É certo que não pode a Administração, em nenhuma hipótese, fazer exigências que frustrem o caráter competitivo do certame, mas sim garantir ampla participação na disputa licitatória, possibilitando o maior número possível de concorrentes, desde que tenham qualificação técnica e econômica para garantir o cumprimento das obrigações” (REsp 474.781/DF, Rel. Ministro FRANCIULLI NETTO, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/04/2003, DJ 12/05/2003, p. 297) – grifou-se.

32. Isso porque, “O Superior Tribunal de Justiça tem entendimento jurisprudencial sobre a necessidade de se temperar o rigorismo formal de algumas exigências do edital licitatório, a fim de manter o caráter competitivo do certame, selecionando-se a proposta mais vantajosa à Administração Pública, caso não se verifique a violação substancial aos demais princípios informadores deste procedimento. Precedentes” (REsp 997.259/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/08/2010, DJe 25/10/2010) – grifou-se.

33. Do contrário, estar-se-ia criando precedentes perigosos para inabilitações infundadas, mercê de exigências que frustrem o caráter competitivo da licitação – fator de extrema gravidade para a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Pública, que tem o compromisso de melhor atender à Sociedade beneficiária da obra ou serviços licitados sem onerar desnecessariamente o Erário.

34. O Eg. STJ já acenou para a configuração de improbidade administrativa em procedimento licitatório que não segue as normas legais e os princípios administrativos, pois *“a simples leitura dos vários dispositivos da citada Lei, que tratam das modalidades de improbidade, já permite denotar a ocorrência de hipóteses em que o mero enriquecimento ilícito ou a violação de princípios administrativos já basta para que se tenha por consubstanciada a improbidade”*. E mais, *“esta prática resultou em cerceamento da competitividade, vulneração à isonomia e afronta à legalidade, como assinalado na sentença vergastada. Cometeu-se ato de improbidade contemplado no artigo 10, VIII, da*

Lei nº 8.429/92, que menciona a conduta de 'frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente'. O 'caput' de tal dispositivo, bastante abrangente, se reporta à ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente, logo, também é cabível na forma culposa. Também se evidenciou a contrariedade aos deveres de imparcialidade e legalidade a que faz menção o artigo 11, da mesma Lei” (AgRg no REsp 1417974/SE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/03/2015, DJe 06/04/2015).

* * * *

35. Diante do exposto, espera e confia a recorrente, MJRE Construtora Ltda., sejam considerados estes argumentos, que corroboram o desacerto da decisão lançada na Ata de Certame – Julgamento de Habilitação de 28.02.23, ratificada na Ata de Certame – Continuidade com Resultado da Análise de Habilitação, de 03.03.2023, para o recebimento deste recurso administrativo no efeito suspensivo (§2º, art. 109) e, ao final, o seu provimento, com a finalidade de reconsiderar e declarar habilitada a recorrente, eis que o item 10.3.8 do Edital foi devidamente atendido, revelando-se a decisão recorrida ilegal e teratológica (arts. 3º, *caput*, §1º, I, 30, e 44, *caput* da Lei nº 8.666/93, art. 37, *caput* e inciso XXI da Constituição Federal), contrária aos *princípios da isonomia, da razoabilidade, da legalidade, da competitividade, da moralidade, da impessoalidade, da exigência moderada e da probidade administrativa*.

Pede deferimento

Rio de Janeiro, 08 de março de 2023.

RODRIGO DA COSTA	Assinado de forma digital por
EVANGELHO:0215951	RODRIGO DA COSTA
6708	EVANGELHO:02159516708
	Dados: 2023.03.08 07:05:11 -03'00'

MJRE CONSTRUTORA LTDA.

CNPJ nº 05.851.921/0001-81

Rodrigo da Costa Evangelho

CREA-RJ nº 2006137761